

QUE HISTÓRIA ESTAMOS ENSINANDO?

*Guacira Lopes Louro**

RESUMO

O trabalho questiona a metodologia e a concepção de História presentes nos livros didáticos, apresentando, sinteticamente, dois métodos de análise da história: o positivismo e o materialismo histórico. Dois textos são utilizados também para exemplificar as características distintivas desses métodos.

Que história é essa que está sendo ensinada em nossas escolas?

Metodologia histórica: é uma discussão importante?

Afinal, esse é um assunto restrito aos especialistas da área e sem interesse para educadores em geral?

Talvez a resposta mais comum a essa última pergunta seja — infelizmente — sim. Poucos pensam sobre essas questões. Contudo, qualquer professor razoavelmente consciente de sua tarefa deveria estar preocupado com a concepção de história veiculada em suas aulas ou nos textos à disposição de seus alunos.

— Quem faz a história? Por que alguns fatos são considerados história e outros não? É o grande homem, o herói, o responsável pelas mudanças políticas, econômicas, sociais? Ele as compreende antecipadamente e as põe em execução? Ou é ele mesmo uma resultante de condições específicas, determinadas pelas relações de produção, pela luta de classes?

Sem dúvida, a maior parte da historiografia brasileira foi (e ainda é) escrita com a preocupação primordial de reunir o maior número possível de dados, agrupá-los, referir às suas fontes e descrever a partir deles os acontecimentos «tal como se passaram». Figuras despontam desses acontecimentos e são então exaltadas, como os grandes homens que «fizeram» a história brasileira. Apoiados no método positivista, ou simplesmente sem preocupação com qualquer método histórico, estes livros informam e formam milhares de estudantes há muitas décadas.

* Mestre em Educação: Professora do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS.

Se isso é uma constante na historiografia didática, também o é nas obras mais pretenciosas de história ou de história da educação. Apenas recentemente uma orientação metodológica mais consistente tem aparecido como preocupação dos historiadores.

Neste trabalho pretendemos alinhar algumas das características mais significativas que distinguem dois dos métodos de análise da história: o positivismo e o materialismo histórico. Estas características, obviamente, não definem os dois métodos, mas podem servir para uma primeira apreciação dos livros que estão à disposição em nossas bibliotecas.

Com o objetivo de tornar mais clara essa análise, buscamos dois textos para exemplificação de cada uma das orientações.

A História no Positivismo e no Materialismo Histórico — algumas características distintas

A História era concebida, no positivismo clássico, apoiando-se em premissas como esta:

«(...) basta juntar um número suficiente de fatos bem documentados, dos quais nasce espontaneamente a ciência histórica. A reflexão teórica, em particular filosófica, é inútil e até prejudicial, porque introduz na ciência positiva, um elemento de especulação.» (Schaff, 1978, p. 102).

Assim esperavam os positivistas garantir a independência total entre o historiador e aquilo que ele iria conhecer, ou seja, a história. Essa, para ser ciência, precisaria ser *imparcial*. Nesta concepção a «história existe objetivamente (...) na qualidade de estrutura determinada de uma vez por todas (sob sua forma ideal) dos fatos históricos acessíveis ao conhecimento.» (Schaff, 1978, p. 130).

O papel do historiador consistiria, então, em observar — de modo não comprometido — os fatos; reuni-los e descrevê-los sem interpretações ou julgamentos. Esse historiador estaria, pois, acima não só de suas próprias paixões e sentimentos, como também livre dos condicionamentos sociais que pudessem interferir na sua percepção dos fatos. Daí também a idéia de que é necessário buscar fatos documentados, ou seja, a *supervalorização do documento*, a *identificação de fatos singulares*, únicos, e de homens (*heróis*) que percebem melhor do que os demais as características de determinados momentos, *fazendo* então a *história*.

Essa é a historiografia iniciada no século XIX, que sem dúvida trouxe contribuições, ao utilizar novas técnicas de investigação e insistir na coleta de fontes, mas que permitirá também inúmeros pontos de crítica.

Como o iniciador Comte, os positivistas do fim do século buscavam reforçar a ciência histórica realçando o formalismo e o apoio em dados empíricos.

Comte ansiava por criar a sua «física social», uma ciência que observaria os fenômenos sociais. Para ele, nesta área, os homens ainda não haviam atingido a etapa positiva, ou seja, permaneciam nos estágios anteriores (teológico e metafísico), justamente por ser esta uma ciência de fenômenos particulares e

complexos. Daí ela ter se aperfeiçoado mais lentamente do que as outras ciências, como a astronomia, a física, a química ... Sua aspiração, ao criar a física social e esperar o momento em que ela atingisse o estágio positivo, era de que essa chegasse a uma universalidade. Dizia ele:

«Porque o princípio filosófico do espírito da física social se reduz, necessariamente (...) a conceber os fenômenos sociais como inevitavelmente submetidos a verdadeiras leis naturais que comportam, regularmente, uma previsão racional, trata-se pois de fixar aqui em geral, quais devem ser o objeto e o caráter próprio dessas leis...» (Comte, apud Gardiner, 1969, p. 96).

Ora, assim concebida a ciência social, ela passa a gozar das características das outras ciências: leis gerais, regularidade. Então o objetivo seria de descobrir estas leis gerais que determinam a continuidade dos fenômenos sociais e verificar que suas modificações tem sempre uma ordem, uma explicação racional. Daí ser típico do positivismo (e da historiografia positivista) *destacar a relação causa-efeito*, bem como *usar sistemas de classificações*. (Características comuns dos nossos livros escolares).

Então, segundo o positivismo, do mesmo modo ocorre nas ciências naturais, se observarmos os acontecimentos sociais, neles encontraremos uma regularidade, e ao descobrir esta regularidade, estas leis, explicamos o fenômeno.

É neste contexto que emerge a figura do grande homem, do herói. Ele é o sujeito que descobriu quais as mudanças ou tendências de sua época e as empreendeu.

Mas note-se que também Comte critica a história que exalta os homens como responsáveis pelas mudanças, sem ver que há outras coisas que os impelem. Assim, para ele:

«Em geral, quando o homem parece exercer uma grande influência, não é, de modo algum, por suas próprias forças, que são muito poucas. São sempre forças exteriores que agem por ele, segundo leis sobre as quais ele nada pode. Todo o seu poder reside na inteligência que o põe em condições de conhecer tais leis pela observação, de lhes prever os efeitos e, conseqüentemente, de fazer convergir para o fim que se propõe, desde que empregue essas forças de maneira conforme a natureza delas.» (Comte, apud Gardiner, 1969, p. 102).

Então, dentre dessa concepção, o indivíduo (herói) sabe quando agir e em que direção caminhar.

Outro ensinamento freqüente nas aulas de história é o de que os fatos estão em relação uns com os outros. Na verdade, o positivismo aceita que os fatos estão em relação uns com os outros, mas não no sentido de um processo, e sim num encadeamento de causalidade.

Como teria de ocorrer em uma época de crítica e debates intensos, a historiografia positivista, como de resto toda a filosofia positivista, foi fortemente atacada. Schaff fala mesmo de uma «rebelião antipositivista», na qual se destacam inicialmente os historiadores do *presentismo*. Essa é uma corrente histórica do fim do século XIX que admite que a história é o presente projetado sobre o passado e por isso é sempre comprometida e parcial. Tem um ponto de vista subjetivo-

relativo, ou seja, afirma o subjetivismo do historiador (ele é sempre ativo e introduz suas características pessoais e partidárias) e considera que a história é perpetuamente variável, pois estão sempre sendo descobertos novos fatos e mesmo mudando a própria visão do historiador sobre os fatos. A história, para o presentismo, está então sendo sempre refeita para responder às novas perguntas do historiador.

Rejeitando a visão determinista, de previsibilidade histórica, como se essa seguisse leis comparáveis às das ciências naturais, os presentistas fazem importantes reparos à concepção positiva.

Mas o próprio presentismo apresenta pontos criticáveis pelos historiadores marxistas. Os dois pontos mais criticados são o subjetivismo do método (que confunde o pensamento sobre a história com a própria história, ou seja, admite que o pensamento cria a história, o que quase poderia significar ficção histórica), e o seu relativismo excessivo, por implicar na perda completa de qualquer objetividade.

A concepção marxista rejeita frontalmente a idéia da história como sucessão de acontecimentos, com caráter empirista, como vê o positivismo. Mas, ainda que admita partir do presente para estudar o passado, o faz de modo diferente do presentismo. Para Marx, o historiador deve partir do presente porque só pode agir assim e então vai em busca de explicações.

«Começa por um primeiro conhecimento ainda mal destacado das verificações imediatas, ainda mal situado (...) Se procurar elucidar esse saber incerto, é para o lado do passado que se dirige. O seu procedimento é inicialmente recorrente. Vai do presente ao passado. Após o que retorna ao atual, a partir desse momento analisado e conhecido...» (Lefebvre, 1971, p. 129).

Esse é o princípio metodológico que se apoia na concepção de que a sociedade burguesa (atual) é uma chave para explicar as formas de organizações anteriores. Mas o que aparece aqui não é a idéia do subjetivismo, e sim a de que a sociedade presente é síntese de outras formas de sociedades passadas. É uma consciência do caráter histórico deste modo específico de produção, o que implica numa consciência também de transitoriedade de *constante mudança*.

Nesta concepção da história não se buscam leis, regularidade, nem se admite que algo fora do próprio processo histórico o dirija. Afirmava Engels:

«Segundo a teoria marxista, o fator decisivo na história é, afinal de contas, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção é de dois tipos: por um lado, a produção de meios de subsistência (...); por outro lado, a produção do próprio homem, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens, em dada época ou país, é condicionada por estes dois tipos de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, por um lado, e da família, pelo outro». (Engels, apud Cardoso & Brignoli, 1979, p. 450).

Desta afirmação podemos observar a importância dada à *produção e reprodução da própria vida* e a colocação sempre do real, ou seja, de uma sociedade concreta, em dada época, em determinada região. Assim, ao estudar a formação econômico-social de um país, por exemplo, o que se estudaria seria os

diferentes modos de produção presentes nesta sociedade, como se definem e se articulam, bem como a superestrutura a eles correspondente.

Com isso a análise é coerente com a concepção de Marx, que disse:

«A conclusão geral a que cheguei e que (...) serviu de fio condutor de meus estudos (...): na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.» (Marx, 1973, p. 24).

Portanto, numa concepção materialista da história o fato econômico é que determina, em última instância, a história, mas isso não pode ser entendido com uma visão mecanicista, de que este seja o único fator determinante. Segundo o próprio Engels (que se preocupou com a interpretação economicista) existe uma *relação dialética entre a base e a superestrutura social*. A política, o direito, educação, a filosofia, a religião, a arte, etc apoiam-se na base econômica, mas também atuam uns sobre os outros e sobre a própria base econômica. A superestrutura tem então uma “autonomia relativa” e portanto não pode ser deduzida somente da base econômica; ela tem sua própria evolução e seu ritmo. (Cardoso & Brignoli, 1979). Assim, as modificações na base (estrutura) *não* determinam, no *mesmo ritmo*, como seqüência imediata, alterações na superestrutura (ainda que isso vá acontecer após).

A história é, na concepção marxista, a história do trabalho humano. É feita pelos homens, mas nas condições que lhe são dadas. Então o homem, que transforma o mundo pelo trabalho, é que faz a história, mas a faz dentro das condições determinadas de seu tempo, de sua classe, de seu país.

Quando se alteram as relações de produção, ou quando as forças produtivas entram em contradição com estas relações de produção e de propriedade, ocorrem as transformações revolucionárias na base econômica de uma sociedade e a seguir revoluciona-se também a superestrutura. Estas contradições entre as diferentes classes sociais fazem a história.

O indivíduo não desaparece na concepção marxista da história, mas ele tem de ser compreendido dentro das determinações de sua família, sua comunidade, ou sua classe (nas sociedades modernas).

As citações de Engels podem ajudar a definir o papel do indivíduo na história:

«Os homens fazem sua história quaisquer que sejam os rumos desta, ao perseguir cada qual seus fins próprios propostos conscientemente; e a resultante destas numerosas vontades, projetadas em diferentes direções, e de sua múltipla influência sobre

o mundo exterior, é precisamente a história (...) por um lado, já vimos que as muitas vontades individuais que atuam na história produzem, quase sempre, resultados muito distintos dos propostos — às vezes, mesmo, contrários — e, portanto, seus móveis também têm uma importância puramente secundária quanto ao resultado total (...) (Engels, apud Cardoso & Brignoli, 1979, p. 463).

Chama atenção para que o historiador se preocupe menos com os grandes homens ou com os seus motivos e sim mais com «as ações continuadas que se traduzem em grandes transformações históricas». A história não é feita pelas decisões desses homens individualmente, como também não é resultado de algo que está fora dela.

Os homens fazem a história dentro de um contexto específico, com determinada base econômica e luta de classes. Engels afirma mesmo que o surgimento de um grande homem em determinado lugar é casualidade e assim, se ele fosse suprimido, haveria a necessidade de substituí-lo e outro então apareceria.

Sem dúvida é uma concepção diferente da positivista e que ressalta a inserção do homem no social. Os homens não são livres para escolher a forma social que lhes agrada e fazem a história “nas condições que lhes são dadas”. Os indivíduos então atuam na história mas o fazem dentro dos limites de sua realidade e de sua consciência.

Assim, ao contrário do grande homem do positivismo que desvenda as regularidades e as direção do momento em que vive, o homem na concepção marxista compreende a realidade, mas nunca o faz totalmente. O indivíduo percebe essa realidade e seus conflitos pela ótica de sua própria existência e do seu momento histórico: percebe então parte do todo. Admite-se, portanto, que a totalidade é impossível de ser desvendada, pois sempre há algo a ser descoberto.

Isso não significa que o historiador, ou qualquer homem preoocupado em compreender um dado momento, deva contentar-se com uma fração da realidade. É preciso ter uma visão de conjunto, compreendendo que um fato é, *ao mesmo tempo*, social, político, econômico, etc. já que toda ação humana é interligada. Contudo, essa visão de conjunto será sempre provisória, pois algo escapa à observação.

Um estudo inicia, portanto, por uma percepção confusa da realidade, uma busca e aprofundamento na compreensão de suas relações e contradições e uma volta ao concreto, agora melhor conhecido.

Uma leitura positivista.

Provavelmente José Maria Bello não aceitaria a adjetivação que demos à sua «História da República». (1) (Ele mesmo faz, em vários momentos, restrições a essa concepção de história, mas pareceu-nos encontrar em sua narrativa muitos elementos indicadores da abordagem positivista).

Inicialmente pela própria característica de *narrativa* que todo o trabalho tem. O objetivo parece ser trazer muitos dados, apresentar o maior número

(1) Bello, J.M. *História da República*. 7.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

possível de informações, por acreditar que essa descrição minuciosa já implique automaticamente numa explicação dos fenômenos.

Uma leitura mais atenta dos 4 prefácios que abrem sua 7ª edição, permite recolher vários exemplos de sua preocupação com a objetividade ou imparcialidade, e, de certo modo, sua quase certeza em atingi-las.

Lemos, no prefácio da 1ª edição, editada em 1940:

«Hoje, como ontem, esforço-me por ser sincero e objetivo, esquecendo as minhas possíveis paixões, aversões e simpatias, e tendendo sempre, no julgamento dos homens, à benevolência, que é uma das raras lições colhidas no trato de uma vida já bem vivida, e numa época de tão trágicas surpresas e tão brutais ameaças.»

Sua preocupação com a objetividade é reconhecida mesmo pelos críticos e leitores e a isso ele se refere no prefácio da 3ª edição, citando trechos que louvam sua «imparcialidade e serenidade» e dizendo finalmente:

«Era a esta objetividade que eu visaria: controle das minhas possíveis simpatias, aversões ou ressentimentos pessoais, o que não implica, é claro, a sufocação do meu pensamento, de minha sensibilidade, ou, em outros termos, da minha interpretação própria dos problemas da vida, do mundo e do Brasil.»

Nestes exemplos (e ainda haveria outros possíveis de serem destacados) já podemos perceber sua crença na possibilidade de fazer uma história sem interpretações, com objetividade e isenção. O esforço do historiador, por ele repetidas vezes enfatizado nas apresentações de sua obra, foi na busca de «concisão e clareza» da «imparcialidade no julgamento sobre figuras e fatos».

Refletindo a visão positivista está também o receio de estudar a história mais contemporânea, ainda muito «*confusa, cheia de paixões*. Parece ser mais seguro (e científico) descrever os episódios passados, admitindo-se uma *falta de perspectiva* com relação aos fatos mais próximos.

A busca das fontes, os fatos históricos documentados são evidentemente bem destacados:

« Muitas dificuldades tive de vencer para a colheita- (...) - dos acontecimentos, tantos deles confusos, dramáticos e até simplesmente pitorescos, de uma época de transição e incerteza como a que tem vivido o Brasil. (...) Onde o principal? Onde o secundário? Muitas vezes um fato, aparentemente mínimo, não tem, pelas imprevistas consequências, marcado sentido histórico?» (prefácio da 3ª edição).

Importante aqui observar que o historiador «imparcial» não pode negar que tenha de fazer uma seleção dos fatos. O que então conduz a esta seleção? Quais os critérios? Por que um fato é desprezado ou elevado à condição de fato histórico, passando a ter realce, a fazer parte de uma sequência, um elo na narração? Há, sem dúvida, algumas hipóteses por trás dessa história e a seleção feita busca confirmar estas hipóteses. (Necessário notar que mesmo dentro da escola positivista há hipóteses, há uma teoria, embora de certo modo a história daí

resultante se reduza a fatos singulares, — o que no dizer de Comte significa não ser uma ciência).

Mas evidentemente essa busca incessante da imparcialidade não chega a ser alcançada. Críticas feitas já na década de 50 (Barbosa Sobrinho) alertavam o outor de que ele representaria uma visão de elite, ou seja, descrevia uma história das elites brasileiras. O próprio Bello faz esta referência e se justifica dizendo que sempre foi «fraca a pressão das massas na evolução histórica de uma sociedade hierarquizada»... Mas assim ele não teria conseguido deixar de revelar sua inserção nos setores dominantes da sociedade e conseqüentemente uma determinada «ótica» de sua história!

As dificuldades coma imparcialidade são, é claro, muitas, e umas poucas observações de sua descrição de Getúlio Vargas são suficientes para mostrar todo o seu comprometimento (no caso de antipatia) (2):

«(...) os recursos do seu oportunismo, e da sua astúcia política devem ser muito variados e muito mais eficientes...» (p.288).

“Família de estancieiros abastados, envolvida tradicionalmente nas contendas partidárias, degenerada algumas vezes em violentos e sangrentos dissídios na própria grei.» (p.288).

«... esta inapetência pelas questões econômicas e financeiras não o impede de aceitar a pasta da Fazenda que o arbitrário critério político do Sr. Washington Luiz (...) lhe reservara.» ... (p. 289).

Da figura de G. Vargas podemos passar a analisar como são vistos os personagens da história de J.M.Bello. Ele lamenta no prefácio da 4ª edição:

«Não foi nem é pródiga a política republicana, como não fora a monárquica, de figuras excepcionais, destas que parecem dirigir os acontecimentos, *fazer a História*, em vez de por eles serem passivamente conduzidos. A maior parte dos governos da República não tentou sequer variar a rotina, contentes em preencher com maior ou menor êxito relativo os seus prazos constitucionais. De resto, a democracia representativa, a menos imperfeita como a mais viciosa, não é propícia ao surgimento e à afirmação das fortes personalidades. Regime do homem comum, ela bem se satisfaz com a mediocridade equilibrada, temerosa sempre das grandes inovações.» (3)

Lamenta então uma certa carência de «grandes homens» na história republicana,, pois seria desejável narrar a história a partir de suas ações. D. Pedro II é o núcleo dos capítulos iniciais que tratam da queda do Império. Apesar de dizer que é precário explicar a decadência do II Reinado pelos acontecimentos políticos e «ser necessário procurá-la nãs condições gerais da vida econômica e social», o autor faz um destaque bem mais amplo à figura de D. Pedro II (como explicação para a duração e queda do II Reinado) do que ao contexto sócio

(2) J. M. Bello foi político da República Velha (senador e governador eleito por Pernambuco) e teve sua carreira encerrada pela Revolução de 30.

(3) (Estaria mesmo sugerindo que os regimes fortes, autoritários, seriam desejáveis por ensinar o destaque de grandes — e poucas — figuras?)

econômico. Várias páginas descrevem as qualidades e limitações da personagem do Imperador, afirmando:

«(...) a análise de regime extinto em 1889 reduz-se quase ao estudo das figuras que o encarnaram ou o definiram, a começar naturalmente pela que se encontrava no pináculo.» (p.5).

E D. Pedro se ajusta à idéia positivista do homem que percebe as direções de sua época. Isso nos pareceu revelar este trecho:

«No dia em que o construtor do imenso edifício revelou claramente o seu desânimo, o seu desencanto, a sua precoce decadência física e intelectual, abalou-se sem remédio a velha casa, de tão frágeis alicerces. Deir-se-ia que o segundo Imperador não soube, não quis ou não pôde preparar a própria sucessão.» (p. 2).

A sua concepção dos grandes homens é claramente positivista, quando diz: «As grandes figuras de então, e sobre todas elas o ilustre José Bonifácio tiveram perfeita visão da realidade histórica.» (p. 2).

Não há como negar que aqui o autor admite para alguns a possibilidade de «perfeita visão da realidade».

Na sua descrição dos fatos episódicos, « explica » as modificações da sociedade por elementos circunstanciais, não fazendo, obviamente, qualquer referência às crises mais profundas (no modo de produção). É assim que parece ter tratado o problema da Abolição, por exemplo:

«O problema da Abolição, que poderia seguir-se imediatamente ao da extinção do tráfico negro, protela-se por todo o Segundo Reinado para revolver-se, enfim, num belo movimento sentimental, ferindo os interesses pecuniários da classe que sustentava o Império, perturbando a economia de grandes regiões do País, e quando o escravo já lhe envenenara por muitas gerações a estrutura social. Com um impulsivo D. Pedro I, e sob a firme direção de um José Bonifácio ou de um Bernardo de Vasconcelos, o Brasil poderia ter se redimido da grande mancha antes dos Estados Unidos e da guerra do Paraguai.» (p. 10).

Por não fazer uma análise das divisões de classes e dos seus diferentes interesses dentro do próprio País é que pode ser tão enfatizada a idéia de monarquia como «planta exótica», «transplantada em circunstâncias extraordinárias da Europa». Ora, sem dúvida haveria no próprio país um grupo desejoso de que esse fosse o regime após a Independência. O medo da explosão das massas, a necessidade de fazer modificações que mantivessem a sociedade sob seu controle é que faz com que os grupos dominantes promovessem a independência através do Príncipe, e não com uma ruptura maior. Uma independência sem desordens, depois uma república sem anarquia, as camadas populares sempre sob controle, são outros elementos que o autor não suscita para explicar a duração desse regime «exótico».

Em algumas passagens da obra, Bello se preocupa com a visão positivista, e ao tratar das condições preexistentes para a Revolução de 30 e de como elas se conjugam, ressalta:

«Naturalmente, não por um rígido determinismo ou forçada relação de causa e efeito, da qual se induzam leis, à semelhança do que se verifica com as ciências positivas.» (p. 284).

Mas logo após passa a alinhar as causas da revolução, *classificando-as* (típica característica positivista) em «fatores de ordem geral», «fatores imediatos» e «causa imediata» (que ele identifica na «oposição de temperamentos e de processos das três figuras principais na contingência histórica: os Srs. Washington Luis, Antônio Carlos e Getúlio Vargas»). (p. 286).

Estes então, alguns dos elementos que nos pareceram possíveis de ilustrar uma orientação positivista nesta obra.

Um momento da história da educação brasileira no enfoque materialista.

Para exemplificar a orientação materialista histórica escolhemos um texto de história da Educação de Dermeval Saviani.(4)

O tema, que se refere à história da educação contemporânea, é usualmente tratado pela maioria dos autores de modo formal, examinando-se os textos das leis e deles depreendendo-se a organização de ensino que o país teria. Esse tipo de análise, então, geralmente supõe que a legislação condicione ou determine a realidade (ao invés do oposto) e trata o que é *normativo* como real.

A abordagem de Saviani, no entanto, é diversa. Todo o texto trata a educação como elemento superestrutural, portanto analisando-a a partir do exame da sociedade global, mais expressamente do seu modo de produção.

A própria divisão do capítulo revela a concepção do autor. Após uma introdução, destaca: «a Letra e o Espírito»; «o Texto e o Contexto»; «as Linhas e as Entrelinhas»; e faz uma conclusão.

Com isso já se observa a intenção de transitar do explícito (do aparente) ao implícito, que é essencial.

Inicialmente indica que tem havido uma posição contraditória na abordagem tradicional desse assunto, ou seja, os estudiosos afirmam que a lei... 5692 inovou substancialmente a anterior e que seus objetivos expressam isso (mas os objetivos explícitos são semelhantes).

Passa então e demonstrar a necessidade de uma análise mais profunda, que vá além do texto — portanto a análise do contexto, no qual a legislação foi gerada. Diz o autor:

«Examinar o contexto significa, neste caso, analisar a sociedade brasileira nos períodos pré e pós 1964. A Revolução de 64 aparece como um divisor de águas. Revolução traz a idéia de ruptura. E possivelmente está aí uma das fontes da crença relativa à inovação substancial das leis 5540 e 5692 em face da lei 4024. Cabe, no entanto, perguntar: houve, de fato, ruptura? E se houve, em que consistiu e em que níveis ela ocorreu? Evidentemente que tais questões só podem ser respondidas à luz do contexto. Por mais que dissecássemos o texto, jamais poderíamos extrair dele as respostas que buscamos.» (p. 137).

Todo o capítulo segue desenvolvendo a análise desse contexto econômico-político-social, o que revela que a organização escolar, ou mesmo a educação, não pode ser entendida fora da totalidade.

(4) Saviani, D. Análise Crítica da Organização escolar brasileira através das leis 5540/68 e 5692/71. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1982.

Não nos parece necessário reproduzir aqui a análise histórica feita do período, mas podemos salientar que o autor vem desde 1930 examinando o processo de industrialização brasileira e a possibilidade de conjugação das diferentes forças políticas em torno desse processo. Demonstra porque a industrialização interessava à burguesia, às classes médias e mesmo ao operariado. Salienta contudo que isso foi válido na conjuntura que leva à substituição das importações e que, quando, na década de 60, a meta havia sido atingida, a contradição entre os diferentes setores aparece.

«Assim, enquanto para a burguesia e para as classes médias a industrialização era um fim em si mesma, para o operariado e as forças de esquerda ela era apenas uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia busca consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam nova bandeira: trata-se da nacionalização das empresas estrangeiras, controle de remessa de lucros, de dividendos e as reformas de base (...) Tais objetivos eram uma decorrência da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista que, entretanto, entram em conflito com o modelo econômico vigente.» (p. 143).

Também todo o emaranhado dos partidos políticos, desvendando os setores que eles representavam, é analisado, para que fique clara a correlação de forças dessa fase da história. Assim conduz à gestação da crise:

«A história brasileira pós-45 documenta bem a condição histórica do liberalismo como ideologia típica de classes dominantes; enquanto estas não estão ameaçadas ele tem vigência. Quando, porém, paira sobre elas alguma ameaça mais séria o liberalismo se esboroa. Retenhamos essa observação, pois ela será de capital importância para entendermos o problema da legislação escolar.» (p. 141).

Como podemos observar, o próprio texto leva o leitor a caminhar do contexto mais global ao educacional, para que as interações sejam sempre evidenciadas.

A contradição básica da década de 60 é assim colocada:

«(...) ou compatibilizar o modelo econômico com a ideologia política nacionalizando a economia, ou renunciar ao nacionalismo desenvolvimentista ajustando a ideologia política à tendência que se manifestava no plano econômico.» (p. 142).

Mais uma significativa diferença observamos neste texto em relação ao de J.M.Bello. Enquanto naquele os homens individualmente recebiam grande destaque, aqui são as classes sociais ou setores que fazem a história: Observemos este trecho sobre João Goulart:

«E o novo presidente, enquanto membro das classes dominantes cuja ascensão, no entanto, se devia aos compromissos assumidos com as massas operárias e com a ideologia nacionalista, se convertera na própria personificação da contradição que agitava o país.» (p. 143).

Parece-nos então que Jango é utilizado quase como uma metáfora das contradições nacionais.

Ao responder que 64 representou uma ruptura ao nível político necessária para garantir a continuidade sócio-econômica, o autor conduz à análise da educação:

«Ora, se no plano sócio-econômico houve continuidade, compreende-se que se constate uma continuidade também no plano educacional. E essa continuidade está refletida na legislação, ...» (p. 144).

Aqui então, de maneira mais explícita, é evidenciada a concepção da educação como elemento superestrutural e segue-se a demonstração, através de vários indicadores de que

«A grande mudança operada pelas leis de reforma foi de ordem política, isto é, sua função foi criar um clima favorável, removendo os óbices com o fim de garantir a continuidade do processo sócio-econômico. E a organização escolar brasileira vem refletindo com relativa fidelidade as tendências dominantes no plano sócio-econômico.» (p. 149).

Mais adiante, examinando os trâmites dessa legislação no Congresso, refere também o autor:

«A preferência pelas comissões políticas e o conseqüente' desprestígio das comissões técnicas' (...) indica, por outro lado como a exigência de continuidade sócio-econômica se refletiu na elaboração da legislação, conferido-lhe um caráter predominantemente político. Vemos assim que, a orientação tecnicista, apresentando-se com roupagens de neutralidade política, traduz, entretanto, a ruptura política exigida pela continuidade sócio-econômica.» (p. 152).

Por fim, a conclusão de Saviani poderia ser posta em comparação com os prefácio de J. M. Bello, momentos em que ambos revelam, no nosso entender, mais claramente suas concepções de história:

«Em verdade, estudar criticamente determinado fenômeno significa ir buscar os seus condicionantes, os seus fatores determinantes. Com efeito, a consciência crítica é precisamente aquela que se sabe condicionada e, mais do que isso, sabe o que e por que a condiciona. Diferentemente, a consciência ingênua não se sabe condicionada. Em conseqüência, procede como se pairasse acima das condições concretas e como se pudesse manipular a seu bel-prazer os fatores objetivos. (...) Compreende-se então, por que o estudo crítico, sendo aquele que busca detectar os determinantes da legislação, necessita ultrapassar o texto e examinar o contexto, pois é aí que se encontram os condicionantes.» (p. 154).

Algumas idéias finais

Apresentamos neste trabalho umas poucas características distintivas de dois métodos de análise histórica. Outros métodos existem e estudos muito mais profundos seriam necessários para bem clarificar o problema. Mas o que buscamos aqui foi chamar atenção para um ponto básico; fundamental no estudo e no ensino da história: a preocupação com o método!

Não podemos utilizar textos e livros indiscriminadamente sem nos questionarmos sobre a concepção de história em que se apóiam. A escola e o professor devem fazer uma opção consciente — isso nos parece indispensável. E se essa opção for diversa da bibliografia mais freqüente e mais acessível, possivelmente o caminho mais razoável será o de utilizar *criticamente* os livros disponíveis. Não se trata, nos parece, de esperar, passivos, a publicação de livros didáticos diferentes (ainda que eles devam ser escritos), nem mesmo de substituir os livros por textos mimeografados (economicamente impraticável na maioria das escolas), mas provavelmente de trabalhar sobre os textos que aí estão, questionando-os.

Um melhor ensino e estudo de história é imprescindível e, acreditamos, possível de ser feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BELLO, J.M. *História da República*, 7ª. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
2. CARDOSO, C. & BRIGNOLI, H. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
3. GARDINER, P. *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1969.
4. GRAMSCI, A. *Maquiavél, a política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
5. LEFEBVRE, H. *O Fim da História*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1971.
6. MARX, K. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Estampa, 1973.
7. SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5540/68 e 5692/71. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1982.
8. SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
9. VIEIRA, E. Anotações de Aula, Campinas. Disciplina Metodologia da História do Curso de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, 1982.

ABSTRACT

The paper discusses the methodology and the conceptions of History as they are in didactical books, presenting synthetically two methods for analyses of History: the positivisme and historical materialism. Two texts are used to exemplify the distinctive characteristics of these methods.

(Recebido para publicação em 05.04.83)